



BNP PARIBAS

CARDIF

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. Em 2016, a Companhia apresentou crescimento de 29% em prêmios emitidos líquidos e de 16% nos prêmios ganhos,

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2016 e 2015				
ATIVO	Nota	2016	2015	
Circulante		519.514	556.694	
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.551	5.752	
Caixa e bancos		2.551	5.752	
Aplicações Financeiras	5	177.982	134.645	
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		159.274	247.821	
Prêmios a receber	6	123.300	153.291	
Operações com seguradoras		30.535	87.977	
Outros créditos operacionais		5.439	6.553	
Títulos e Créditos a Receber		21.135	13.573	
Títulos e créditos a receber		4.057	2.543	
Créditos tributários e previdenciários	7	14.339	10.067	
Outros créditos		2.739	963	
Despesas Antecipadas	8	-	465	
Administrativas		-	465	
Custos de Aquisição Diferidos	9	158.572	154.438	
Seguros		158.572	154.438	
Ativo não Circulante		339.704	267.914	
Realizável a Longo Prazo		248.080	169.255	
Aplicações Financeiras	5	170.229	103.555	
Títulos e Créditos a Receber		-	175	
Outros créditos		-	175	
Custos de Aquisição Diferidos	9	77.851	65.525	
Seguros		77.851	65.525	
Imobilizado	10	722	491	
Bens móveis		722	491	
Intangível	11	90.902	98.168	
Outros intangíveis		90.902	98.168	

Total do Ativo

	859.218	824.608
--	---------	---------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de Dezembro de 2014

Aumento de capital em aprovação

Ajuste com títulos e valores mobiliários

Lucro líquido do exercício

Reserva legal

Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE de 25/05/15

Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas

Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,13 por ação)

Em 31 de Dezembro de 2015

Portaria SUSEP nº 12, de 24/04/16

Ajuste com títulos e valores mobiliários

Lucro líquido do exercício

Reserva legal

Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/16 e AGE de 20/05/16

Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas

Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,24 por ação)

Em 31 de Dezembro de 2016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2016



1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif. Constituída em 25 de maio de 2006, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar nos seguros de danos, e pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 2.500 de 16 de agosto de 2006. A Seguradora tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidos pela legislação vigente. Está localizada na Rua Campos Bicudo, 98, 4º andar, conjunto 41, Chácara Itaim, CEP 04536-010, na Cidade de São Paulo/SP. Foi assinado contrato com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., empresa do Grupo BNP Paribas Cardif, no qual esta se compromete a compartilhar os custos relacionados à gestão operacional e administrativa das operações da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.. Os custos das operações são ressarcidos à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. conforme acordo. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/02/2017.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes e apropriadas para as demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e, que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, definem critérios para fins de cálculo da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.11.1.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.3. Caixa e equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação: A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; (c) empréstimos e recebíveis. (a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para o curto prazo e sujeitos a perdas decorrentes de variações do valor justo mensuradas, são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. (b) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realiza o financiamento e é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Eles são apresentados como ativos não circulantes e provisões para perdas, quando aplicável. Os ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo os juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "Resultado financeiro".

(c) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são avaliados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como "disponíveis para venda", são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "Resultado financeiro".

2.4.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: (a) Ativos negociados ao custo amortizado: A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor, (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros, (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira, e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de um carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. (b) **Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia no final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Aplicações financeiras: O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LFT's, LTN's, NTN's-B e NTN's-F) e títulos privados (LF's e Debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos e os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) estão classificados como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora.

2.6. Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são constituídas por contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros que são reconhecidos no resultado considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. A despesa antecipada é contabilizada e amortizada ao resultado levando em consideração benefícios econômicos esperados.

2.7. Ativo imobilizado: Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.

2.8. Ativo intangível: Ativo intangível é o bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licitado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto. • Softwares adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de *impairment* anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis.

2.9. Custos de Aquisição Diferidos (DAC): Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguros de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. A DAC é considerada no teste de adequação dos passivos de seguros, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11.

2.10. Contratos de seguro: A Seguradora classifica todos os seus contratos emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos significativos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco significativo de seguro" a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurador.

Prêmios de seguro: Os prêmios de seguro, assim como

em comparação ao exercício anterior e atingimento da lucratividade esperada que alcançou R\$ 22 milhões no ano contra aproximados R\$ 11 milhões em 2015, o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. As expectativas para o ano de 2017 são positivas, com manutenção das vendas e da rentabilidade, proporcionadas pelo fortalecimento de nossas parcerias de distribuição de

(Em milhares de reais)				
PASSIVO	Nota	2016	2015	
Circulante		518.497	521.412	
Contas a Pagar		34.643	29.927	
Obrigações a pagar	12	21.733	15.316	
Impostos e encargos sociais a recolher		9.119	11.328	
Encargos trabalhistas		1.360	1.366	
Impostos e contribuições		2.431	1.917	
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	13	129.802	195.034	
Prêmios a restituir		2.186	3.283	
Operações com seguradoras		50.907	87.833	
Operações com resseguradoras		725	329	
Corretores de seguros e resseguros		3.786	7.327	
Outros débitos operacionais		72.698	96.362	
Depósitos de Terceiros	14	4.365	1.328	
Depósitos de terceiros		4.365	1.328	
Provisões Técnicas - Seguros	15	349.687	295.123	
Danos		349.687	295.123	
Provisão de prêmios não ganhos		255.044	231.997	
Provisão de sinistros a liquidar		32.297	27.645	
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		59.768	33.840	
Provisão de despesas relacionadas		2.033	1.283	
Provisão de despesas administrativas - DPVAT		545	358	
Passivo não Circulante		125.687	101.374	
Exigível a Longo Prazo		125.687	101.374	
Contas a Pagar		1.449	5	
Tributos diferidos		1.449	5	
Provisões Técnicas - Seguros	15	112.506	92.440	
Danos		112.506	92.440	
Provisão de prêmios não ganhos		112.506	92.440	
Outros débitos		11.732	8.929	
Provisões judiciais	21	11.732	8.929	
Patrimônio Líquido	16	215.034	201.822	
Capital social - estrangeiro		194.906	197.906	
Aumento de capital em aprovação		-	97.000	
Reserva de lucros		18.370	8.779	
Ajuste com títulos e valores mobiliários		1.758	(1.863)	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		859.218	824.608	

(Em milhares de reais)				
Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Lucros/	Total
Estrangeiro	Social em Aprovação	Legal	Estutatória	
97.906	-	371	3.959	100.696
-	97.000	-	-	97.000
-	-	-	-	-
-	-	-	-	(323)
-	-	538	-	(538)
-	-	-	(3.758)	(3.758)
-	-	-	7.669	(7.669)
-	-	-	-	(2.556)
97.906	97.000	909	7.870	201.822
97.000	(97.000)	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	3.621	3.621
-	-	-	22.007	22.007
-	-	1.100	(1.100)	(1.100)
-	-	-	(7.189)	(7.189)
-	-	-	15.680	(15.680)
-	-	-	(5.227)	(5.227)
194.906	-	2.009	16.361	215.034

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão dos certificados, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas. A Administração utiliza como práticas contábeis atuariais de prêmios e comissões já conhecidos e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem os riscos assumidos.

2.11. Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro: 2.11.1. Passivos de contratos de seguro: a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios. O cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado ou endossos representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data de início da provisão e a data de fim de vigência do risco.

b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE): É constituída quando as apólices/certificados de seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de percentuais definidos na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, quando não houver dados históricos suficientes para se utilizar triângulos de *run-off*. Pode também ser adotado outro critério estatístico desde que definido em nota técnica atuarial, e que esteja coerente com a realidade.

c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de resseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquido das operações de resseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: i) a provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo as indenizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; ii) a provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; iii) a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL.

d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): É constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade Seguradora. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de percentuais definidos na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, quando não houver dados históricos suficientes para se utilizar triângulos de *run-off*.

e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): É constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de percentuais definidos na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A análise é utilizada para demonstrar que caso o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) fosse inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do exercício qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguro foram agrupados, de acordo com a legislação vigente, em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente com o grupo de seguros. Os contratos com renovação automática têm seu fluxo de caixa estimado no teste somente até a data da renovação destes contratos. Foram consideradas as provisões, despesas (diretas e indiretas) ligadas à operação e às despesas de comercialização diferidas. A sinistralidade considerada foi baseada nos sinistros ocorridos e prêmio ganho dos últimos 18 meses. Para obtenção do valor presente dos juros, foi utilizada a Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETJ) para a Curva de Cupom de IGPM. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o teste demonstrou não ser necessária a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

2.12. Benefícios a empregados: A Seguradora possui benefícios em curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Seguradora patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um plano gerador de benefícios livres - PGBL, totalizando no exercício R\$ 503 (R\$ 411 em 31 de dezembro de 2015). O compromisso da Seguradora limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento.

2.13. Provisões judiciais: São constituídas provisões contingenciais para fazer face a eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Seguradora, independentemente da existência ou não de um sinistro aberto. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pelo departamento jurídico, através do procedimento para constituição de provisão das ações judiciais. É tomado como base o valor do objeto segurado, somado ao valor dos danos morais médio de condenações, quando houver, e aplicado percentual de acordo com probabilidade de risco definido. As obrigações legais decorrem de contestação de legalidade ou constitucionalidade das obrigações tributárias, que resultam em processos judiciais. Os passivos trabalhistas são todos aqueles reclamados, em geral, por ex-empregados da Seguradora.

2.14. Reconhecimento de ativos e passivos: Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões para perdas, quando aplicável. Os ativos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos seus correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.15. Capital social: O capital social da Seguradora está constituído por 194.906.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

2.16. Reserva legal: A Reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

2.17. Dividendos: Conforme determinado pelo estatuto da Seguradora, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, após absorção dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores e ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Valores acima do mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo da Seguradora após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

2.18. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 20%, a partir de setembro de 2015, tendo sido a alíquota de 15% até agosto de 2015, em cumprimento a Lei nº 13.169/15. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no balanço patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos a tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável.

2.19. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: (a) Os prêmios de seguro e resseguro e as correspondentes despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, certificado ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice; e (b) Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia mencionada na Nota 2.11.1 c) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de riscos e vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

2.20. Normas novas, alterações e interpretações de normas: As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais. A Administração avaliará o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada normativa e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma será efetiva para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2018 e depende de aprovação prévia da SUSEP. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa norma trás os princípios a serem aplicados por uma entidade para determinar a mensuração da receita e o momento do reconhecimento. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. A norma substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", a IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e interpretações correspondentes e entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. Essa norma não se aplica ao reconhecimento de receitas financeiras, receitas decorrentes dos contratos de arrendamento e seguros. Resolução CNSP nº 343/16 que alterou as Resoluções CNSP nºs 321/15, 332/15 e 335/15 e dispõe sobre alteração na metodologia de cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), determina pontos a serem considerados sobre o capital de risco de subscrição, cálculo de risco de mercado, liquidez em relação ao Capital de Risco (CR), orienta sobre o Comitê de Auditoria das reguladas e designação de atuario

A seguradora para um mundo em mudança



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Operações de seguros			
Prêmios emitidos líquidos	18.a	570.274	440.474
Variação das provisões técnicas	18.a	(43.383)	15.647
Prêmios Ganhos		526.891	456.121
Sinistros ocorridos	18.a	(124.255)	(105.277)
Custos de aquisição	18.a	(283.875)	(247.443)
Outras receitas e despesas operacionais	18.c	(9.248)	(18.835)
Despesas administrativas	18.d	(76.629)	(68.571)
Despesas com tributos	18.e</		

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2016

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2016

Taxa	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade
	2%	-2%	-10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	2.039	(9.930)	12.352
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	1.121	(5.462)	6.793

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2015

Taxa	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade
	2%	-2%	-10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	1.357	(8.344)	10.479
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	747	(4.589)	6.287

(1) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de +10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima.

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas da Seguradora no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Sensibilidade das estimativas: Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para premissas alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa.

Concentração de riscos: O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2016							
Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total	
Extensão de garantias	95.510	25.733	23.712	4.055	14.826	163.836	
Compreensivo residencial	4.467	1.192	1.108	198	697	7.662	
Riscos diversos	163.630	42.501	39.119	6.813	24.242	276.305	
Automóvel	30.177	7.832	7.278	1.309	4.575	51.171	
Roubo	16.399	4.157	3.849	702	2.470	27.577	
Fiança locatícia	2.421	648	612	92	359	4.132	
DPVAT	18.609	7.913	7.109	2.209	3.751	39.591	
Total	331.213	89.976	82.787	15.378	50.920	570.274	

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2015							
Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total	
Extensão de garantias	73.622	11.327	21.246	2.133	12.165	120.493	
Compreensivo residencial	4.390	735	617	90	561	6.393	
Riscos diversos	141.901	22.047	22.692	4.340	18.665	209.645	
Automóvel	25.823	4.758	3.313	618	3.378	37.890	
Roubo	19.362	2.851	2.291	380	1.941	26.825	
Fiança locatícia	249	45	44	11	293	393	
DPVAT	18.431	7.624	7.055	2.154	3.571	38.835	
Total	283.778	49.387	57.258	9.726	40.325	440.474	

(b) **Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo seguro. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por *rating* de crédito divulgados por agências renomadas de *rating* (*Standard & Poor's*). Os ativos classificados na categoria “*sem rating*” compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2016	AAA	AA+	AA-	A+	A-	F1+	+Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	2.551	2.551
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	127.334	127.334
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	5.202	8.240	-	13.442
Títulos de renda fixa privados	15.837	1.053	4.417	2.490	-	-	-	23.797
Títulos de renda fixa públicos	-	-	183.638	-	-	-	-	183.638
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	123.300	123.300
Exposição máxima ao risco de crédito	15.837	1.053	188.055	2.490	5.202	8.240	253.185	474.062

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2015	AAA	AA+	Aa1	AA-	A-1	F1+	+Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	5.752	5.752
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	77.544	77.544
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	8.231	-	8.231
Títulos de renda fixa privados	5.978	8.307	1.554	668	-	-	-	16.508
Títulos de renda fixa públicos	135.917	-	-	-	-	-	-	135.917
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	153.291	153.291
Exposição máxima ao risco de crédito	141.895	8.307	1.554	668	-	8.231	236.587	397.243

(c) **Risco de liquidez:** Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento do risco de liquidez: É realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle do risco de liquidez: São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo no relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma “carteira de liquidez”, constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress.

Exposição ao risco de liquidez: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM): Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem em consideração entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2016								
	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado								
Quotas de fundos de investimentos abertos	127.334	-	-	-	-	-	-	127.334
Certificados de Depósitos Bancários	5.201	8.241	-	-	-	-	-	13.442
Ativos financeiros disponíveis para a venda								
Títulos de renda fixa privados	-	-	2.203	-	5.817	15.777	-	23.797
Títulos de renda fixa públicos	16.083	2.722	16.198	-	38.069	110.566	-	183.638
Créditos das operações com seguros e resseguros								
Prêmios a receber de seguros	123.300	-	-	-	-	-	-	123.300
Operações com seguradoras	30.535	-	-	-	-	-	-	30.535
Caixa e equivalentes de caixa	2.551	-	-	-	-	-	-	2.551
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	236.423	236.423
Total dos ativos financeiros	305.004	10.963	18.401	-	43.886	126.343	236.423	741.020
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	462.194	462.194
Passivos financeiros								
Obrigações a pagar	21.733	-	-	-	-	-	-	21.733
Impostos, contribuições e encargos sociais	9.119	-	-	-	-	-	-	9.119
Débitos das operações com seguros e resseguros	129.802	-	-	-	-	-	-	129.802
Encargos trabalhistas	1.360	-	-	-	-	-	-	1.360
Depósitos de terceiros	4.365	-	-	-	-	-	-	4.365
Total dos passivos financeiros	166.379	-	-	-	-	-	462.194	628.573

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2015								
	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado								
Quotas de fundos de investimentos abertos	77.544	-	-	-	-	-	-	77.544
Certificados de Depósitos Bancários	-	8.231	-	-	-	-	-	8.231
Ativos financeiros disponíveis para a venda								
Títulos de renda fixa privados	-	-	1.885	1.601	1.917	5.440	-	16.508
Títulos de renda fixa públicos	18.131	-	21.588	-	34.369	61.829	-	135.917
Créditos das operações com seguros e resseguros								
Prêmios a receber de seguros	153.291	-	-	-	-	-	-	153.291
Operações com seguradoras	87.977	-	-	-	-	-	-	87.977
Caixa e equivalentes de caixa	5.752	-	-	-	-	-	-	5.752
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	219.963	219.963
Total dos ativos financeiros	342.695	13.896	23.473	1.601	36.286	67.269	219.963	705.183
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	295.123	295.123
Passivos financeiros								
Obrigações a pagar	15.316	-	-	-	-	-	-	15.316
Impostos, contribuições e encargos sociais	11.328	-	-	-	-	-	-	11.328
Débitos das operações com seguros e resseguros	195.034	-	-	-	-	-	-	195.034
Encargos trabalhistas	1.366	-	-	-	-	-	-	1.366
Depósitos de terceiros	1.328	-	-	-	-	-	-	1.328
Total dos passivos financeiros	224.372	-	-	-	-	-	295.123	519.495

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora.

(d) **Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco.

(e) **Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional.

(f) **Gestão do capital:** Gerenciamento de capital: O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 17, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS									
Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (I)	avaliação	Ajuste da mercado
Títulos para negociação (ii)	127.334	13.442	-	-	140.776	40%	140.776	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	127.334	-	-	-	127.334	-	127.334	-	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	13.442	-	-	13.442	-	13.442	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.011	3.794	18.400	170.230	207.435	60%	204.240	3.195	3.195
Títulos de renda fixa privados	15.011	3.794	2.202	21.595	23.797	-	23.750	47	47
Títulos de renda fixa públicos	142.345	17.236	16.198	148.635	183.638	-	180.490	3.148	3.148
Total em dezembro de 2016	142.345	17.236	18.400	170.230	348.211	100%	345.016	3.195	3.195
Total em dezembro de 2015	95.675	13.896	25.074	103.555	238.200	100%	241.588	(3.388)	(3.388)

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários.

(ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2016

Aplicações	Saldo em 31/12/2015	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2016
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	77.544	181.558	13.759	-	(145.528)	127.334
Certificados de Depósitos Bancários (a)	8.231	25.780	1.720	-	(22.289)	13.442
Títulos de renda fixa privados (c)	16.508	15.455	2.194	44	(10.404)	23.797
Títulos de renda fixa públicos (b)	135.917	280.197	21.431	6.539	(260.446)	183.638
Total	238.200	502.991	39.104	6.583	(438.667)	348.211

Movimentação em 31 de dezembro de 2015

Aplicações	Saldo em 31/12/2014	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2015
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	87.288	181.484	9.762	-	(200.990)	77.544
Certificados de Depósitos Bancários (a)	5.554	16.500	989	-	(14.812)	8.231
Títulos de renda fixa privados (c)	17.864	6.991	2.490	(14)	(10.823)	16.508
Títulos de renda fixa públicos (b)	123.315	273.944	14.993	(807)	(275.178)	135.917
Total	234.021	478.569	28.234	(821)	(501.803)	238.200

(a) As quotas de fundos de investimentos abertos e os Certificados de Depósitos Bancários foram valorizados com base no valor da quota/certificado divulgado pelo administrador do fundo na data do balanço. (b) Os valores de mercado para os títulos de renda fixa públicos federais (LFT's, LTN's, NTN's-B e NTN's-F) foram calculados com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. (c) Os títulos privados (LF's e Debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos.

6 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Na linha de prêmios a receber são registrados os prêmios comercializados pelos parceiros, relacionados às apólices vigentes. Demonstramos abaixo a composição dos prêmios a receber considerando os respectivos vencimentos dos créditos.

Prêmios a receber em 31 de dezembro de 2016							
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Prêmios a receber	64.598	17.640	17.804	-	-	-	100.042
Vencidos	9.401	76	75	-	-	16.673	26.225
(-) Provisão para perdas	-	-	(35)	-	-	(2.932)	(2.667)
Total	73.999	17.716	17.844	-	-	13.741	123.300

Prêmios a receber em 31 de dezembro de 2015							
Prêmios a receber	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Vencidos	77.106	28.901	20.073	—	—	—	126.080
Vencidos	8.154	3.876	537	1.667	—	15.605	29.839
(-) Provisão para perdas	—	—	—	—	—	(2.628)	(2.628)
Total	85.260	32.777	20.610	1.667	—	12.977	153.291
Movimentação dos prêmios a receber							

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

<

DIRETORIA		ATUÁRIO		CONTADOR	
Diretor-Presidente Adriano Carlos Romano		Diretor-Técnico-Financeiro Emmanuel Pelege		Nivandro Lucas S. A. Oliveira MIBA 2229	
				Marcelo Lopes Prates CRC 1SP 241793/O-6	

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.

O comitê de auditoria da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 16/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26/12/2016. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2016, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo Cardif, além dos representantes da administração da companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (“Seguradora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo Cardif, bem como do sistema de controles internos da companhia.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da companhia referentes a

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

31 de dezembro de 2016, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

Membros:

José Carlos Ferreira
Jean Francois Bourdeaux
Maria Ferrero Valderrey

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditor Independente
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1
continua →

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**BNP PARIBAS
CARDIF**

A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84



PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R\$71.008 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$115.042 mil (em 30 de junho de 2016) e R\$144.748 mil (em 31 de dezembro de 2016), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$71.008 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$115.042 mil (em 30 de junho de 2016) e R\$144.748 mil (em 31 de dezembro de 2016), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Compa-

nhia com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuáriário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$71.008 mil que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas

demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$115.042 mil (em 30 de junho de 2016) e R\$144.748 mil (em 31 de dezembro de 2016), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia anteriormente referidas da Companhia em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.**

CNPJ 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

Deloitte.